

Índice

Universitários e idosos, companheiros de habitação.....	1
As bebidas açucaradas sentam-se no banco dos réus	2
Os salários sobem finalmente	3
“Adeus Índia”	4

Universitários e idosos, companheiros de habitação

O envelhecimento demográfico costuma ser abordado numa perspetiva económica ou laboral. No entanto, muitas vezes esquece-se o drama humano que existe por trás de todos esses números: a solidão em que vivem cerca de dois milhões de idosos em Espanha, conforme dados do INE referentes a 2015.

Felizmente, em todo o mundo têm vindo a surgir cada vez mais iniciativas para combater este problema. Uma oferecem atividades pontuais para idosos, outras organizam comunidades de idosos como alternativas aos asilos, outras ocupam-se principalmente de temas de saúde ou de segurança... E algumas propõem soluções que beneficiam também outros grupos sociais, como os projetos de convivência intergeracional.

Em Espanha, a ONG Solidarios para el Desarrollo desenvolveu um programa, chamado [Convive](#), pelo qual um universitário vive na casa de uma pessoa idosa durante um curso académico. São verdadeiros companheiros de habitação, e como tais, organizam-se, distribuem tarefas e partilham gastos. Além disso, o Convive cria um espaço de encontro que, de acordo com a experiência dos que participaram, enriquece ambas as partes.

Entrevistámos Marcos Böcker, responsável pela iniciativa.

— *Como nasceu o programa? Quantas “unidades de convivência” gerem?*

— Foi criado pela Solidarios para el Desarrollo, em Madrid, no ano de 1995, tendo como referência as experiências incipientes de outros países da Europa. Ao longo destes anos, durante os quais estabelecemos mais de 1500 convivências, o balanço é altamente positivo.

Neste momento, existem 40 convivências. E ao longo de um curso académico, costumamos gerir entre 80 e 90. O programa apresenta um quadro regulador que permite a cada um saber o que esperar do outro e o que oferecer. No início da convivência, as partes acordam uma série de compromissos. De qualquer maneira, o essencial é a construção de uma relação baseada no companheirismo, no respeito e na amizade.

— *Por que razão consideram necessário este projeto para a sociedade em que vivemos? A que se referem quando afirmam que a nossa cultura padece de “idadismo”?*

— O programa Convive é mais atual do que nunca, porque responde a um dos problemas mais sérios que enfrentamos como sociedade: a fragmentação social, e especialmente a solidão de cada vez mais pessoas idosas. Os tradicionais vínculos familiares e de vizinhança pouco a pouco foram perdendo intensidade pelo modo como a sociedade está organizada. O Convive é uma resposta comunitária na qual jovens e idosos têm um papel ativo na resolução dos seus problemas.

O “idadismo” refere-se aos preconceitos existentes contra as pessoas idosas pelo simples facto de o serem. Sustentar que

uma pessoa é de determinada maneira (aborrecida, decidida, etc.) por ser idosa é um estereótipo que não coincide com a realidade. O programa Convive é um testemunho diário de que estas ideias preconcebidas são falsas.

— *Segundo a experiência dos universitários, que lhes tem trazido a convivência com uma pessoa idosa?*

— Os estudantes valorizam não apenas contar com um alojamento, como também a experiência da pessoa idosa, o sentir-se parte de um lar e a estabilidade e tranquilidade que obtêm.

— *E quais são os benefícios para os idosos?*

— As pessoas idosas destacam que o programa lhes permite partilhar com uma pessoa jovem coisas às quais de outro modo não teriam acesso, como as anedotas quotidianas da vida de um universitário. Valorizam especialmente a companhia e a tranquilidade de contar com alguém durante a noite.

Além disso, o programa permite à pessoa idosa alongar a sua estadia em casa, e poupar à administração um lugar numa residência. O programa também reduz os custos derivados dos serviços sociais e o atendimento nos centros de saúde.

F. R.-B.

As bebidas açucaradas sentam-se no banco dos réus

A Coca Cola está a reinventar-se. Explica-o um recente artigo da "The Economist", segundo o qual, como as sodas ainda constituem 70 % da produção da empresa e o produto já não triunfa como antes, a empresa considera que chegou a hora de se diversificar. Para isso, explora bebidas a partir da soja e experimenta com chá gelado.

Tem de fazê-lo porque, pelo menos nos países industrializados, onde o refresco de cola reinou durante muitas décadas, o consumo retraiu-se. Nos EUA, em finais dos anos 90, a ingestão anual *per capita* ultrapassava os 200 litros, enquanto que os norte-americanos de hoje bebem "apenas" 147. E não é que haja menos calor atmosférico, nem que se experimente menos sede. A causa deve ser procurada noutra elemento: o açúcar.

Segundo salientava meses atrás uma [fonte](#) da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Dr. Douglas Bettcher, diretor do seu Departamento de Prevenção de Doenças Não Transmis-

síveis, "a ingestão de açúcares livres, entre os quais, os contidos em produtos como as bebidas açucaradas, é um dos principais fatores que está a dar lugar a um aumento da obesidade e da diabetes no mundo".

Em outubro de 2016, a OMS publicou um relatório em que avançava que a medida de tributar com 20 % o preço de venda destas bebidas pode influir numa redução de consumo e, como resultado, numa menor incidência do excesso de peso, da diabetes tipo 2 e da cárie dentária.

Em Espanha, a Generalitat catalã colocou recentemente em vigor um aumento do preço dos refrigerantes. No plano nacional espanhol, meses atrás, o governo central namorou uma medida similar, mas tudo ficou em nada. Ao que parece, fez-se sentir a pressão do setor do açúcar com certos argumentos, como a existência de 6000 agricultores que produzem betarraba sacarina e 2800 pessoas empregadas nesse segmento agroindustrial, segundo números da [web](#) dos produtores de Castela e Leão, comunidade de vanguarda no ramo. Também a ANFABRA, a entidade que agrupa os produtores de refrigerantes, advertiu que o "prejuízo na competitividade da indústria de bebidas", constituiria "um obstáculo para a recuperação do consumo e da economia".

Não houve problemas, no entanto, no México, que desde 2014 tem um imposto de 10 % para essas bebidas e conseguiu uma redução de 9,7 % do consumo em 2015 relativamente a 2013. Outros que já têm impostos são França e Hungria, enquanto Filipinas, África do Sul, Irlanda e Reino Unido têm em perspetiva aplicá-los num futuro próximo.

Tendo em conta o alarme criado, os fabricantes não ficaram de braços cruzados. Por um lado, reduziram os níveis de açúcar nos seus refrigerantes. Segundo um relatório da EFE de fevereiro passado, a divisão espanhola da Coca-Cola informou que nas suas bebidas há atualmente 38 % menos do doce em relação aos níveis do ano 2000, devido em grande parte à sua gama de bebidas "zero", "light" e "sin".

Além disso, a empresa informou a existência de uma "reformulação" da sua marca Fanta através do uso de adoçantes, com o que reduziu em 30 % o seu conteúdo de açúcar. Idêntica operação efetuou-se com a marca Sprite, cuja redução foi de 80 %. Adicionalmente, examinou a possibilidade de eliminar o enchimento sem limites de refrigerante, em vigor nalgumas cadeias de refeições rápidas, e anunciou que irá produzir garrafas e latas mais pequenas, a saber, mais garrafas de 220 ml e menos de 330 ml.

Até que ponto pode o açúcar ser negativo para a nossa saúde é algo que, apesar do ruído nos meios de comunicação e nos círculos académicos, ainda não se estabeleceu com a mesma exatidão com que está adquirido, por exemplo, o dano causado pelo excesso de sal ou de álcool, e da nicotina.

Um dos que preferem distanciar-se é o Dr. Dennis M. Bier, que dirigiu o Centro de Investigações de Nutrição Infantil do Departamento de Agricultura dos EUA. Para este especialista,

embora seja verdade que os dados atuais apresentem um maior consumo de açúcar e um maior excesso de peso no conjunto da população, não existem indícios de que o açúcar deva assumir a responsabilidade pela redução ou pelo aumento desse peso.

Segundo [explica](#) o Dr. Bier, a posição da OMS sobre o açúcar baseia-se em dois estudos solicitados por ela, mas ao que parece com alguns pontos de interrogação. Os autores do primeiro observaram que, efetivamente, existe uma relação entre o aumento ou a perda de gordura corporal e a ingestão de açúcar; mas a sua conclusão é que isto não se deve ao açúcar em si, mas à variação na ingestão total de energia. Se se substituísse o açúcar por uma quantidade isocalórica de outros hidratos de carbono, a variação de peso é a mesma para o grupo que consumia açúcar que para o que consumia as mesmas calorias na forma de outros hidratos de carbono. Segundo os autores do segundo estudo, os dados que apoiam a recomendação de reduzir o açúcar para 5 % das calorias diárias “são muito fracos”.

Por seu lado, consultado pela “Aceprensa”, o Dr. Miguel León, presidente da Sociedad Española de Nutrición Parenteral y Enteral (SENPE), explica o seguinte: “Uma pessoa com excesso de peso ou obesidade pode decidir o consumo de açúcar em bebidas refrescantes ou em produtos de pastelaria, se desejar cortar na energia que consome habitualmente. Outras fontes de açúcares e hidratos de carbono, como a fruta, as verduras, os cereais, o arroz, os legumes e o leite, contribuem, além disso, com muitos nutrientes por si próprios ou pelos ingredientes das receitas onde se usam. Por terem muito maior densidade de nutrientes que os refrigerantes ou os doces, figuram num segundo plano quando se pretende reduzir o contributo energético da alimentação habitual de muitas pessoas da nossa cultura nutricional”.

Em termos de decisão de se, em última análise, se deve absolver o açúcar ou dar-lhe a categoria de “peste negra do século XXI”, há vários projetos em andamento para o substituir por outros ingredientes, evitando sempre que os produtos açucarados percam o seu agradável sabor.

Poder-se-iam mencionar dois. Um, desenvolvido pela empresa israelita DouxMatok, busca potenciar ao máximo a doçura com menos açúcar. Para isso, acrescentam-se moléculas do doce a partículas minerais, o que incrementa a superfície de contacto dessas partículas nos recetores do gosto da língua e duplica a sensação de doçura. Segundo o [“The Guardian”](#), a empresa, cujo nome hebraico significa “duplo doce”, já patenteou o novo produto.

Entretanto, a Nestlé desenvolveu uma maneira de adoçar os seus produtos reduzindo a ingestão de açúcar. O Dr. Stefan Catsicas, chefe da divisão tecnológica da empresa, contou ao [“The New York Times”](#) a existência de um açúcar combinado de maneira diferente para que possa desfazer-se facilmente na boca e que chegue menos quantidade ao espaço gastro-intestinal. O novo produto começará a ser utilizado já em

2018, e a Nestlé encara a possibilidade de vendê-lo a outras empresas.

Seja tudo pela nossa saúde, sim. E pela dos cofres das empresas.

L. L.

Os salários sobem finalmente

Terminada a recessão, a economia passou vários anos a crescer, e o desemprego a baixar, sem que, paradoxalmente, a recuperação chegasse aos salários. Finalmente, a anomalia está a ser corrigida em vários países, e os mais beneficiados são os trabalhadores que mais perderam com a crise.

Que a recessão haja passado e os salários continuem estagnados é explicável em países como, por exemplo, a Espanha. É verdade que a economia espanhola regista o segundo maior crescimento da zona euro (+3,1 %), depois da Áustria. Mas, simultaneamente, padece de um desemprego ainda muito elevado (17,2 %), pelo que as empresas não precisam de oferecer muito para captar ou reter empregados, e muito menos em cargos pouco qualificados. A chamada curva de Phillips reflete esta relação inversa do desemprego com a inflação e, indiretamente, com a variação dos salários, que condiciona o consumo e, portanto, os preços.

Mas esta lei não foi cumprida em vários países desde há dois anos ou mais. Os salários quase não subiram em economias que se aproximam do pleno emprego: Estados Unidos, que em maio alcançou o desemprego mais baixo dos últimos 16 anos (4,3 %); Japão, com 2,8 %, taxa nunca vista em 23 anos, e o Reino Unido, que em quatro décadas não tinha conhecido uma tão baixa (4,6 %), e onde os salários até diminuíram ligeiramente no primeiro trimestre de 2017.

Os economistas interrogaram-se sobre como pode ser assim e aventuraram possíveis explicações. Uma é que na crise se perderam empregos melhor pagos – na construção civil e na indústria – que os novos de agora, na sua maior parte de serviços – comércio, hotelaria...-. No Japão, isso acontece de outra forma: reformam-se empregados com salários que são elevados graças a promoções acumuladas por antiguidade, e que são substituídos por novos que ganham muito menos. Bastantes deles são pessoas idosas que necessitam de um complemento para a sua pensão, claramente mais baixa do que o último salário.

Também deve ter influência que os recentemente chegados ou reincorporados no trabalho depois da crise têm menor

poder para negociar remunerações mais elevadas, devido ao seu estado de necessidade ou por causa dos cargos que ocupam: por exemplo, nos serviços, existe uma menor sindicalização e menos contratos coletivos de trabalho.

Outro fator é que não estão a regressar todos os empregos fixos que se perderam e, pelo contrário, muitos dos novos são temporários, ou contratos por obra ou serviço, ou ainda empregos a tempo parcial. Todos eles oferecem menos dinheiro. No Japão, que era um símbolo do emprego para toda a vida, onde o assalariado se “casava” com a empresa e as horas extraordinárias eram a norma, agora mais de um terço dos trabalhadores não são fixos (37,5 % em 2016, um aumento de quatro pontos e meio em dez anos).

Tal como acontece com os postos de trabalho, muito menos os novos empregados são iguais aos de anteriormente. Na Grã-Bretanha, de 300 000 empregos criados entre o quarto trimestre de 2015 e o do ano seguinte, a grande maioria, 230 000, foram cobertos por estrangeiros.

Todos esses fatores que contribuem para deixar em suspenso a lei de Phillips não podem durar sempre, supõe-se. Vai chegar uma altura em que os trabalhadores vão tirar proveito de serem muito solicitados. Ora, isso está a começar a suceder com os menos favorecidos, justamente nos dois países que se encontram há mais tempo com a anormal situação.

No Japão, onde existem 143 ofertas de emprego por cem candidatos, o salário médio dos trabalhadores a tempo parcial subiu 2,6 % no último ano, enquanto que os de jornada laboral completa praticamente tiveram os seus salários estagnados, com mais 0,4 %.

Nos Estados Unidos, igualmente, os trabalhadores mais vulneráveis são aqueles que mais melhoraram, em dois aspetos. Segundo dados do segundo trimestre deste ano, os do décimo mais baixo da escala salarial obtiveram uma subida de 3,4 %, dois pontos acima da média. Simultaneamente, o desemprego dos trabalhadores com menor qualificação (sem terem concluído o ensino secundário) diminuiu mais do que o dos restantes, um ponto e uma décima (mas os atuais 6,4 % continuam a ser um número mais alto do que o geral).

Além da persistente escassez de mão de obra, parecem ter contribuído para a mudança de tendência alguns fatores que beneficiam especificamente os trabalhadores com menores rendimentos.

Um é o aumento do salário mínimo no Japão e em vários estados norte-americanos. A Alemanha já comprovou o efeito dessa medida: implantou o salário mínimo nacional pela primeira vez em 2015 e, ao fim de um ano, o rendimento dos trabalhadores não qualificados havia subido acima da média.

Embora talvez não seja tão evidente, muitos empregos de baixa qualificação são menos pagáveis do que outros de categoria superior. Ao longo destes anos de taxas de juro tão

baixas, às empresas foi mais barato investir em máquinas do que contratar pessoas, e os postos de trabalho mais vulneráveis não têm que ser os mais mal pagos. Um consultor financeiro pode prestar assessoria aos seus clientes automaticamente, graças a programas que analisam inúmeros dados de cotações, balanços, mercados. Os serviços jurídicos podem alimentar e gerir arquivos através de ferramentas informáticas, com muito pouco pessoal. De facto, nos Estados Unidos, o emprego neste setor cresceu menos de 1 % desde o final da recessão.

Pelo contrário, não existem robôs como criados. Nesses mesmos país e período, o emprego em restaurantes e bares aumentou 24 %. A melhoria económica alimenta a procura desses e de outros serviços porque as pessoas dispõem de mais dinheiro para gastar no lazer.

De qualquer forma, a recente melhoria dos trabalhadores menos favorecidos não deixa de ser relativa: a ascensão social, em termos absolutos, não a têm assegurado. Uma análise do Center on Education and the Workforce, da Universidade de Georgetown, estima que nos Estados Unidos havia em 2015, 66 milhões de empregos bem pagos (35 000 dólares anuais ou mais, nesse ano), e deles, 30 milhões, 45 %, eram ocupados por pessoas sem título universitário. Estas pessoas, então, ficaram pior, pois em 1991 tinham 60 % desses postos de trabalho.

No último pós-guerra, bons empregos na indústria abriram as portas da classe média a milhões de trabalhadores sem estudos superiores. Hoje, o diploma é melhor passaporte, e sem ele são menores as possibilidades de subir na escala social, embora continue a não haver robôs para servir à mesa.

R. S.

“Adeus Índia”

“Viceroy's House”

Realizadora: [Gurinder Chadha](#)

Atores: [Gillian Anderson](#), [Michael Gambon](#)

Duração: 100 min.

Ano: 2017

No final da II Guerra Mundial, vários territórios do Império Britânico tentam tornar-se independentes. A Índia era a principal “joia” das colónias: rica economicamente e numa posição estratégica na Ásia.

Durante a guerra contra Hitler, o governo inglês fizera várias promessas aos líderes indianos e, em troca, milhares de indianos vão combater ao lado dos Aliados. No final da guerra, a partir de 1945, as reivindicações impulsionadas por Gandhi e Nehru crescem de intensidade. Mas, ao mesmo tempo, o líder da comunidade muçulmana, Jinnah, começa também a lutar para criar um território independente, para não ficarem subjugados pela maioria hindu. Na prática, tratava-se de partir a colónia em duas partes: o Paquistão, de maioria muçulmana e a Índia de maioria hindu. Gandhi pretendia que o país se mantivesse unificado, mas a sua opinião vai perder força...

O filme narra os esforços do último vice-rei da Índia, Lord Mountbatten, em tentar gerir estas difíceis conversações. Nas ruas, muçulmanos e hindus combatem pelo poder. Apesar da boa vontade, o Vice-Rei é ultrapassado pelos factos. E o que se torna pior, é quando constata, que muitas das decisões a tomar, já tinham sido planeadas antes pelo governo inglês, para que a Grã-Bretanha mantivesse alguma influência. Fica triste com o seu secretário por não o ter informado desses planos. Tudo se precipita. A independência dos dois países é alcançada, mas com um elevado preço de sangue...



Tópicos de análise:

1. É essencial reconhecer nas pessoas quem “domina” um assunto.
2. Numa “crise”, o contacto pessoal é fulcral para se criar confiança.
3. As boas intenções só valem quando se transformam em ações.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins
Professor da AESE